

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ARIovaldo ARO DEGAN FILHO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ARIovaldo ARO DEGAN FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido no HC n.º 1404229-47.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que o Recorrente teve sua prisão preventiva decretada no dia 03/08/2019, sendo cumprido o respectivo mandado em 20/09/2019, com posterior oferecimento de denúncia pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 127, § 2.º, incisos II e V, § 2.º-A, inciso I, c.c. o art. 29, todos do Código Penal e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), na forma do art. 70 do Código Penal.

Inconformado com a segregação cautelar, o Acusado impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões recursais, a Defesa sustenta, em síntese, que o Recorrente sofre constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo na formação da culpa.

Alega, ainda, a viabilidade da substituição da custódia por medida cautelar diversa.

Pede, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão provisória do Recorrente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pelo Recorrente não é de reconhecimento inequívoco.

No caso, a Corte de origem, ao julgar o *habeas corpus* originário, consignou o que se segue (fl. 267):

"[...]"

No caso, verifica-se que o paciente está respondendo pela

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

prática de crimes graves e rigorosamente apenados (art. 157, § 2º, II, do CP e 244-B do ECA), bem como, de acordo com as informações da autoridade apontada como coatora e também em consulta ao processo originário pelo SAJ (autos nº 0002062-35.2018.8.12.0046), verifica-se que o feito é complexo, pois há variedade de acusados e ocorreu a expedição de cartas precatórias para a intimação de testemunhas.

Essas circunstâncias certamente demandam maior tempo que o normal para a conclusão do feito.

Por outro lado, destaca-se que os autos não se encontram estagnados, pois está havendo impulso processual regular.

Desta forma, restando o atraso justificado e não havendo desídia por parte do Poder Judiciário, não há falar em excesso de prazo na formação da culpa."

Como se vê, a Corte local entendeu pela tramitação regular do feito, o que não se mostra, ao menos em cognição sumária, desarrazoado ou ilegal, sobretudo diante da complexidade do feito, com variedade de acusados e necessidade da expedição de cartas precatórias. Desse modo, diante da ausência de elementos esclarecedores suficientes acerca do eventual retardo para o fim da instrução processual, não há como se deferir o pedido urgente.

Saliente-se, ainda, por oportuno, que a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto" (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa, o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, mormente sobre o estágio atualizado do feito e a situação prisional do Recorrente, solicitando-lhe, ainda, senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

